

Estado da publicação: O preprint foi publicado em um periódico como um artigo
DOI do artigo publicado: <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.27.23198.038>

Das parcerias à privatização: o avanço do setor privado na política educacional brasileira

Antonio Agostinho da Silva Filho

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8386>

Submetido em: 2024-04-04

Postado em: 2024-04-12 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

DAS PARCERIAS À PRIVATIZAÇÃO: O AVANÇO DO SETOR PRIVADO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

ANTONIO AGOSTINHO DA SILVA FILHO 1¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9528-8462>
<agostinhoprofessorpe@gmail.com>

¹ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco (PE), Brasil.

RESUMO: O artigo analisa como as tendências de privatização da educação no Brasil tem se apresentado nos últimos anos, à luz de uma revisão crítica e sistemática da literatura recente no campo da política educacional, realizando uma abordagem acerca da noção de privatização endógena e exógena discutida por Ball e Youndell (2007) e por outras referências como Adrião (2017, 2018); VENCO; BERTAGNA; GARCIA (2021). Discute e analisa como vem se constituindo as parcerias público-privadas em educação a partir de contratos, concessões e outros instrumentos que se constituem como novas e diferentes formas de privatização que se materializam a partir diferentes estratégias intencionais e orientadas com base na lógica de mercado, assim como compõem uma arquitetura de redes com o envolvimento de atores públicos e privados que se agregam ao conjunto orgânico das políticas públicas. O estudo identificou que existe um movimento de expansão dos processos de privatização em várias frentes da educação, na tentativa de apropriação das políticas públicas e do fundo público, configurando-se como uma arena de disputas de projetos educativos e visões de mundo que convergem para fundamentar novos sentidos ao papel do Estado.

Palavras-chave: privatização do ensino, mercado educacional, público e privado em educação.

FROM PARTNERSHIPS TO PRIVATIZATION: THE ADVANCE OF THE PRIVATE SECTOR IN BRAZILIAN EDUCATIONAL POLICY

ABSTRACT: The article analyzes how the trends of education privatization in Brazil have unfolded in recent years, in light of a critical and systematic review of recent literature in the field of educational policy, conducting an approach to the notion of endogenous and exogenous privatization discussed by Ball and Youndell (2007) and by other references such as Adrião (2017, 2018); VENCO; BERTAGNA; GARCIA (2021). It discusses and analyzes how public-private partnerships in education are being formed through contracts, concessions, and other instruments that constitute new and different forms of privatization materializing through various intentional strategies and market-oriented bases, as well as forming a network architecture involving public and private actors that contribute to the organic set of public policies. The study identified a movement towards the expansion of privatization processes in various fronts of education, attempting to appropriate public policies and public funds, configuring as an arena of disputes over educational projects and worldviews that converge to give new meanings to the role of the State.

Keywords: education privatization, educational market, public and private in education.

DE LAS ASOCIACIONES A LA PRIVATIZACIÓN: EL AVANCE DEL SECTOR PRIVADO EN LA POLÍTICA EDUCATIVA BRASILEÑA

RESUMEN: El artículo analiza cómo las tendencias de privatización de la educación en Brasil se han presentado en los últimos años, a la luz de una revisión crítica y sistemática de la literatura reciente en el campo de la política educativa, realizando un enfoque sobre la noción de privatización endógena y exógena discutida por Ball y Youndell (2007) y por otras referencias como Adrião (2017, 2018); VENCO; BERTAGNA; GARCIA (2021). Discute y analiza cómo se están constituyendo las asociaciones público-privadas en educación a través de contratos, concesiones y otros instrumentos que constituyen nuevas y diferentes formas de privatización que se materializan a partir de diferentes estrategias intencionales y orientadas en base a la lógica de mercado, así como componen una arquitectura de redes con la participación de actores públicos y privados que se suman al conjunto orgánico de las políticas públicas. El estudio identificó que existe un movimiento de expansión de los procesos de privatización en varias áreas de la educación, en un intento de apropiación de las políticas públicas y del fondo público, configurándose como una arena de disputa de proyectos educativos y visiones del mundo que convergen para fundamentar nuevos sentidos del papel del Estado.

Palabras clave: privatización de la educación, mercado educativo, público y privado en educación.

INTRODUÇÃO

As políticas educacionais nos anos recentes têm sido ressignificadas a partir da incorporação de uma nova lógica de ação do Estado. Nesse contexto, as relações entre o setor público e o setor privado na educação revelam-se como uma categoria analítica de relevo, para compreendermos como se materializam essas dinâmicas e como influenciam a definição de uma agenda educacional para o país. No entanto, essa problemática ainda carrega tensões próprias dessa relação que requerem a devida análise.

Essas tensões acerca da dimensão público/privada estão presentes no debate político há muito tempo, conforme assinala Cury (2005), ao destacar que o processo histórico que tem demarcado as relações entre o público e o privado são recorrentes em diferentes momentos na história do país.

Nessa perspectiva, convém destacar que boa parte da historiografia sobre o tema do público e privado em educação busca trazer um panorama do arcabouço legal, sobretudo, no que se refere ao direito à educação, definido nas Constituições. O fato é que, do período da Velha República aos dias atuais, ocorreram muitas variações na compreensão dessas categorias, sobretudo nos limites da interpretação. Como consideram Dourado e Bueno:

O conflito público/privado vai margear os desdobramentos do Estado no Brasil e as implicações disso na órbita de suas políticas. Na área educacional esse atrito, plenamente configurado a partir dos anos trinta, vai desenhar-se como resultante das disputas político-ideológicas por hegemonia entre os defensores da escola pública e os defensores da escola privada, nas décadas seguintes vai ser objeto de vários estudos e pesquisas que tentam compreender como se processa a interpenetração entre essas esferas. (DOURADO E BUENO, 2001, p.54)

Conforme indicam os estudos em diferentes países, essas estratégias têm se apresentado como uma bússola de orientação para efetivação dos novos modos de privatização da educação, por via de um processo de mudanças que tem operado com velocidade na estrutura do Estado, e tem influenciado cada vez mais as políticas educacionais, localmente e globalmente, sobretudo, a partir da introdução e incorporação de práticas gerenciais em graus diferenciados, a depender da estruturação e do nível de governança do país com a construção de uma agenda alinhada às prescrições neoliberais.

Considerando as afirmativas de Apple (2002), existe uma aliança constituída em torno das políticas educacionais e sociais, que vem se ampliando largamente a partir de mecanismos de poder que associam o mundo dos negócios, a Nova Direita e grupos de intelectuais think tanks, mais interessados

em apontar soluções pragmáticas às políticas públicas, do que qualificar as existentes, pois com o surgimento de novas propostas, ampliam-se também as possibilidades de acumular mais capital, aumentando, assim, sua capacidade de competitividade em escala global. Apple (2002) destaca que:

O poder da aliança pode ser constatado em uma série de políticas e propostas educacionais: 1) programas de “opções”, como, por exemplo, planos de vale-educação e créditos fiscais para tornar as escolas parecidas com a idealizadíssima economia de livre mercado [...] (APPLE, 2002, p. 68)

Conforme se depreende, esse movimento, além de permitir a interpenetração dos atores públicos e privados, num contexto atual de redes políticas e de governança em rede, fundamenta-se na construção de um tipo particular de sujeito social, cujas regras do jogo econômico impõem a adesão quase cega a um modelo de cidadão empreendedor de si que, de modo particular, pode se mover em diferentes terrenos da complexa relação do mercado.

Entendemos que as múltiplas formas de destinação dos recursos públicos, de maneira direta ou indireta, à instituições, grupos, empresas privadas, associações, instituições privadas consideradas “sem fins lucrativos”, ou mesmo à filantropos e à organizações não estatais, como considera Ball (2014), têm sido objeto de investigações por acadêmicos e especialistas, pois em grande medida essas relações têm se dado à sombra, por meio de processos muitas vezes opacos e turvos nos modos como certas parcerias se configuram cuja transparência pública se constitui um caráter ainda difuso que deve ser impelido.

A esse respeito, Salvador (2012, p. 7) vai destacar que o Fundo Público tem sido a mira dos investimentos capitalistas, pela oferta de subsídios diretos a esses setores, que em parte, auxiliam na recuperação das crises fiscais do próprio Estado com a circulação de capital e de bens, além da garantia de um volume excessivo de recursos em amortização de dívidas públicas, em especial, aos rentistas, envolvendo a capacidade dos Estados de intervir da economia através das empresas e do orçamento público, o que viabiliza dessa forma, investimentos em práticas de reprodução do capital.

Nesse sentido, é pertinente refletirmos sobre a função do Estado e o papel das instituições privadas, de modo a revelar as contradições presentes na defesa dos princípios da educação pública, gratuita e para todos, especialmente quando se trata das mudanças em curso, marcadas por um emaranhado jogo de disputas em torno de projetos de educação distintos e antagônicos, por vezes, complementares, que ora defendem a liberdade do mercado e do ensino pela livre iniciativa e defesa da propriedade privada, ora defendem a intervenção estatal como forma de regulamentar e legitimar essas estratégias de mercado.

Alguns estudos desenvolvidos no Brasil, como as obras de (ADRIÃO, 2009, 2016, 2018), postulam a reflexão e a defesa da educação pública enquanto direito público, que deve ser mantida pelo poder público e ofertada predominantemente pelo Estado, sem a interferência de lógicas privatistas e estratégias empresariais modernas, que influenciam as concepções educativas e vão na contramão das práticas democráticas.

Por prosseguimento, no contexto das relações entre o público e o privado, outros enfoques críticos, como os de (BELFIELD; LEVIN, 2004), observam na relação entre o público e o privado, através das parcerias e dos processos de privatização da educação, um mecanismo que incentiva a seletividade pela melhor escola, e como uma forma de garantir o direito à liberdade individual, no entanto, esse é um processo que acaba estimulando formas alternativas de apropriação do fundo público, por meio de processos de intervenção do Estado, muito potentes.

Embora essas relações sejam colocadas numa perspectiva de parcerias, de acordos, ou outros instrumentos, tais processos se configuram como relações contratuais em que é atribuída a esses atores privados, a responsabilidade pela gestão da coisa pública. As parcerias público-privadas, nesse sentido, se constituem um modelo de governança contemporâneo, ainda posta em questão (ROBERTSON; VERGER, 2012). É essa prática que tem se expandido de forma considerável nas últimas décadas e se apresentado com diferentes formatos, características e modos próprios de operacionalização, a depender dos contextos sociais, políticos e econômicos.

OS DIFERENTES MECANISMOS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA SOMBRA DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Parte significativa das narrativas que compõem os estudos sobre as parcerias público-privadas no campo da educação, realizadas até a primeira década do século XXI, se constituem de textos cujas narrativas, mesmo apontando indicativos de privatização, ainda eram tratados no âmbito das relações entre o público e o privado. A partir da segunda década, a maior parte desses estudos traz o termo “privatização” como expressão dessas relações e parcerias estabelecidas entre o setor privado e os órgãos públicos constituídos sob o prisma da regulação estatal.

Também as reflexões em torno da garantia de direitos têm sido uma tônica que constantemente sofre rupturas no campo político. No caso brasileiro esse fenômeno se evidencia com a descontinuidade de políticas sociais, anunciadas em planos de governo que rompem com as perspectivas de superação de antigos problemas, em especial, por tais políticas não permanecerem protegidas das pressões sociais e econômicas do mercado.

Tal realidade coloca em evidência a vulnerabilidade dos ciclos de governança que são interrompidos, seja por expressão do descontentamento da sociedade, seja por manobras jurídicas como os *lawfare*, que alguns analistas do direito exemplificam na literatura (ZANIN, et al., 2019), como sendo um fenômeno jurídico. A despeito disso, temos observado como tem sido frágil a sustentação dos pilares da democracia moderna, que constantemente sofrem ameaças, como conflitos e golpes de Estado arquitetados sob a justificativa de manutenção de um sistema de valores abalizados, sobretudo, por forças ultraconservadoras e pela expansão da extrema direita em diversos países do globo.

Nesse ínterim, as relações entre o público e o privado se complexificaram de tal modo que as duas concepções passaram a se sobrepor em muitos aspectos, diluindo-se os espaços fronteiriços, cuja perspectiva é de maximizar as políticas de livre escolha da escola, experienciados em países norte americanos e que vão em direção de ampliar as formas de quase mercados em educação, com base em práticas de competitividade e eficiência, e objetivam a ampliação dos negócios em educação, por meio de processos de mercantilização e financeirização da educação.

Esse discurso de parcerias está inclinado a novos modos de ação no campo da educação, que revelam novas formas e complexos modos de interpenetração do público com o privado. Por assim afirmar, concordamos com ADRIÃO (2018) ao conferir à expressão “parcerias público-privadas em educação” como atributos que servem mais para acobertar os processos que se desenvolvem alicerçados na financeirização da economia do que para explicá-los, no entendimento de que há um processo não de relação, mas de subordinação da lógica e dos princípios educativos ao setor privado.

Essa relação do público com o privado no Brasil historicamente se associa ao caráter da pluralidade e da liberdade de ensino, presentes na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), materializando-se em uma compreensão do campo privado como o espaço da liberdade individual, numa perspectiva liberal de escolha, um dos princípios que orienta tal atividade.

As parcerias público-privadas se consolidaram no Brasil com a Reforma do Estado na década de 1990, por meio de diversos instrumentos jurídicos e normativos que regulamentaram essa prática a fim de atender aos objetivos das reformas econômicas e administrativas em curso no período. Nesse sentido, impulsionaram uma alteração na cultura organizacional, valendo-se da Nova Gestão Pública (NGP), com impactos nas políticas de gestão e nas práticas de governança, e contribuíram para sua operacionalização no contexto educacional, promovendo uma mudança nos modos de gestão pública, na contramão dos princípios democráticos da educação republicana, conforme postulados na CF/1988.

De igual modo, é nesse período que a narrativa da ofensiva neoliberal ganha corpo no Brasil e se materializa como discurso da incapacidade de o Estado operar as políticas sociais, a partir da lógica de um Estado mínimo. Com efeito, essa estratégia vai ampliar o campo de atuação do setor privado, em diferentes espaços da política pública, como na saúde, educação, infraestrutura, entre outras áreas.

A esse respeito concordamos com Adrião (2018) quando analisa que tais relações em sua grande maioria parecem ter se estabelecido de forma pacífica, ignorando o jogo de interesses em muitos casos contraditórios e pouco claros, presentes nas propostas de parcerias. Isso nos leva a crer que na medida em que esses mecanismos se tornam cada vez mais sofisticados e diversos, essa denominação passa a ter outro caráter no processo que se caracteriza como formas diversas de privatização.

Gonzalo Berrón, no prefácio à edição de uma das obras de Venco; Bertagno; Garcia (2021) escreve que há um movimento recente de “privatização da democracia”, que abarca os processos de tomadas de decisões do setor público pelo setor privado, configurando-se como uma estrutura macro das políticas de privatização e, no tocante à educação, em conexões com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). São iniciativas estruturadas e idealizadas por grandes grupos privados. Eles incidem em espaços como agências e organizações multilaterais, e materializam uma prática denominada recentemente de “multistakeholder”, um modo de governança composto por um conjunto de atores de diferentes setores da sociedade, interessadas em temas comuns e em influenciar a tomada de decisões a respeito das políticas públicas. 0

O autor faz uma crítica a esse modo de governança e aponta que algumas organizações internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), por constituírem espaços de hegemonia do setor público, possuem posicionamentos que fortalecem o poder desses atores privados em temas que são efetivamente de interesse dos Estados, e abrem espaço para uma agenda de interesses privatistas.

Tal dinâmica acaba por minar o papel tradicional das organizações multilaterais, em razão da emergência de novos modelos de governança que buscam consolidar-se hegemonicamente diante das forças estatais, impondo uma lógica própria de ação.

Nos últimos anos, têm se expandido de forma muito veloz novas formas de privatização de educação que necessariamente não se configuram como venda de imóveis ou bens do setor. No Brasil há um amplo movimento que define as formas de privatização da educação, embora a maior parte das iniciativas se apresente de forma multifacetada e turva. Entre essas formas, podemos destacar: a transferência da gestão de escolas e sistemas para empresas privadas, a incorporação de materiais pedagógicos estruturadores, a adoção de plataformas de aprendizagem, com rebatimentos no mercado editorial, a formação de professores, a venda de pacotes de sistemas de ensino, e a adoção de vouchers, e as Charters School que se apresentam como alternativas e se colocam a favor do mercado.

Entre as tendências de privatização no Brasil, três modelos assumem grande protagonismo no cenário da política educacional: a adoção de sistemas privados por entes públicos; os vouchers e as Charters School; e as mudanças curriculares que se baseiam em produtos que são comercializados por grandes grupos editoriais.

No que se refere ao primeiro, que trata da adoção de sistemas privados por entes públicos, a expansão de diferentes modelos de privatização da educação no Brasil tem sido apontada em muitos estudos atualmente no Brasil. Adrião e Pinto (2016) identificaram a presença de grandes corporações e grupos educacionais que comercializam seus sistemas para redes públicas de ensino, com processos de decisão verticalizados, além de um vultoso volume de recursos empregados, variando a oferta dos seus produtos de região para região.

Adrião e Pinto (2016) ressaltam que, em relação à análise da qualidade dos sistemas privados nas redes públicas, esses têm sido autorreferenciados, tomando por base o alto investimento dos grupos em campanhas publicitárias baseadas nos indicadores educacionais das escolas que já possuíam a experiência com os produtos ofertados. Incluem-se nesse pacote de soluções: as apostilas destinadas aos estudantes, formação de professores, acompanhamento sistemático, avaliações, simulados, palestras, disponibilização de acesso a plataformas on-line, entre outros produtos.

Nessa mesma direção Adrião (2009) acrescenta que a adesão a essas soluções, em muitos casos, se dá devido às limitações locais no processo de formulação de políticas educacionais pela gestão municipal que, dessa forma, buscam se apoiar na esfera privada, dividindo as responsabilidades da oferta e manutenção de programas com recursos públicos, mas submetidos à lógica das políticas

públicas locais disponibilizadas para essas organizações privadas, em detrimento de fomentar, entre os municípios, constituindo formas colaborativas, como consórcios e arranjos educativos.

Esse formato de parceria implica várias formas de concessões à iniciativa privada, como mudanças de formatos de contratação de equipes pedagógicas, mudanças nas práticas de gestão escolar, implantação de mecanismos de responsabilização por meio do estabelecimento de metas, gestão por resultados e, de modo mais crítico, algumas gestões alteram, inclusive, suas legislações locais para permitir que as organizações privadas tenham livre trânsito.

Um elemento importante a ser destacado é que a maior parte desses grupos possui ativos na bolsa de valores e no mercado financeiro, e tomam como referência as matrículas das redes para o cálculo das garantias de que o investimento será rentável. Não é estranho considerar que tais grupos e associações privadas mantenham em seu domínio os bancos de dados das redes públicas onde mantêm convênios que lhes permitem fazer diferentes projeções sobre a educação em diferentes esferas, como é o caso do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), que vende seus produtos, inclusive, para o Ministério da Educação, como ocorreu com o sistema de monitoramento do Programa Novo Mais Educação e Mais Alfabetização.

Outro exemplo da ação coordenada desses grupos é o Conviva Educação, uma plataforma de dados das redes municipais, idealizada pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), em parceria com 10 Institutos e Fundações, quais sejam: Itaú Social, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Fundação SM, Pro Futuro (VIVO), Fundação Victor Civita, Instituto Natura, Todos pela Educação, Instituto Votorantim e Porticus; além de receber o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

O Conviva é um sistema de gestão gratuito, fornecido às secretarias de educação, e que tem por objeto a organização de diferentes dimensões da gestão educacional das secretarias de educação. Ele aborda desde os aspectos administrativos, orçamentários e pedagógicos à dimensão jurídica, com orientações de forma didática e exibição de infográficos, que facilitam a visualização dos dados da plataforma, e ainda permite exportar dados do censo escolar do INEP, assim como direcionar a agenda dos secretários de educação de forma eletrônica, acerca dos compromissos semanais da pasta.

Quando tratamos de uma segunda tendência, os Vouchers e as Charters School são considerados como um tipo de privatização da educação que se dá via subsídio público por meio da concessão de um cheque-ensino ou de bolsas diretas de estudo aos pais dos estudantes, para que escolham livremente as instituições às quais desejam vincular o filho, a partir de critérios próprios de livre escolha. Adrião (2018b) classifica esse mecanismo de privatização como uma política de escolha parental.

Embora seja uma prática que leva à descentralização da escola pública, no Brasil, os registros da implantação desse modelo de privatização ainda são tímidos e vagos, no entanto, nos últimos anos, tem se fortalecido uma prática, que está ampliando a adesão de muitas redes e sistemas do país, que é o subsídio à implantação de creches conveniadas, mediante uma espécie de contratualização da oferta e do ensino, sobretudo pela suposta limitação da capacidade técnica dos municípios ampliarem a oferta e a manutenção dessa etapa de ensino.

A ideia dos vouchers está ligada à concepção de Friedman (1955) acerca do uso de cupons que promovessem a liberdade das famílias em escolher a melhor opção de escola. Essa sistemática tem implicações no papel do Estado, sobretudo no que se refere ao financiamento da educação. Nesse quesito, umas séries de variáveis podem influenciar o tipo de atendimento a ser realizado, levando-nos a pensar: se os valores são iguais para todos os públicos; se atenderá de forma igual a todas as classes sociais; se atendem à demanda; e se dão garantia de acesso a um determinado nível de educação.

O Chile e a Inglaterra, por exemplo, são signatários no processo de implantação de vouchers escolares, no entanto, estudos apontam uma crescente precarização do trabalho educacional e profundas desigualdades no ensino. Nos anos recentes o posicionamento de algumas instituições educacionais como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPED), tem divulgado Carta aberta à sociedade, repudiando a mobilização em torno de Projetos de Lei que regulamentam a política de voucher na etapa da educação infantil. Para os associados, os vouchers desfiguram a

proposição da democratização do ensino, além de representar um retrocesso na luta pelo direito à educação.

Por outro lado, as Charters School também se configuram como tecnologias de privatização. Essas, de forma mais nefasta, pois consistem na transferência da gestão da escola pública para um modelo de gestão privada, através de convênios ou contratos que, geralmente, se articulam com organizações da sociedade civil, por meio da atuação de diferentes atores privados. (ADRIÃO, 2018a).

Acontece, nesse contexto, que a oferta da educação nessa dimensão da privatização, reforça a tese da substituição do modelo de gestão do Estado nos moldes gerenciais para um conjunto de elementos que modificam a dinâmica escolar definida pelas regras do jogo empresarial. Esse modelo de educação prioriza os aspectos da formação técnica para o trabalho e empreendedorismo, e cria uma cultura acadêmica baseada no status privado de gerir a “escola” ainda pública.

No que se refere ao terceiro tipo de tendência mais comum no Brasil, as reformas curriculares, sobretudo, a partir da venda de pacotes educacionais e produtos no mercado editorial, estes ocupam um terreno de intensa disputa entre os atores privados, uma forma de privatização que tem se dado em torno da venda de serviços e produtos do setor privado para as redes e sistemas de ensino público, nas dimensões curriculares, pois existe um universo de possibilidades com as alterações curriculares que vêm sendo objeto de estudo nas últimas décadas. Adrião (2017) vai chamar de insumos curriculares, pois se trata do conjunto de serviços que alteram substancialmente as relações de trabalho nas escolas, além de fragmentar a autonomia docente, frente às propostas prontas.

Nesse cenário, estão incluídos os materiais didáticos e pedagógicos estruturados (livros didáticos, paradidáticos, coletâneas, material apostilado), além da implementação de tecnologias educativas com o auxílio de equipamentos como tablets, celulares e projetores, que se tornam a promessa da escola pública de sucesso, que é coordenada por um núcleo privado. A esse respeito, Bastos reconhece que:

[...] por tratar-se de um setor de serviços intensivo em mão de obra e construções simples, a escala de oferta é variável e rapidamente adequada a variações da demanda. Sistemas informatizados e “pacotes” educacionais padronizados geram ganhos de escala que barateiam a oferta do serviço, independentemente de sua qualidade (BASTOS, 2013, p. 17).

Esse é um movimento que ganhou força especialmente após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propunha um conjunto de ações, tanto de formação continuada para sistemas e redes de ensino, como a produção de materiais específicos, (uma espécie de manual/cartilha) com orientações sobre como realizar a adequação dos currículos, a partir das definições presentes na BNCC. Esse fenômeno que inclusive recebeu subsídios financeiros do Ministério da Educação, para estruturar a adequação dos currículos dos estados subnacionais à BNCC.

Portanto, é importante considerar que os processos de privatização pelo mercado empresarial, por sua vez, desvelam diferentes características da privatização da educação, sobretudo, no contexto da financeirização, pois boa parte das empresas que fornecem materiais didáticos e pedagógicos ao Brasil estão vinculadas à projetos mais amplos que visam a obtenção de lucros, por meio de investimentos em capital corrente.

De modo particular, ao tratarmos da relação dos processos de privatização da educação com o mercado editorial, há um conjunto de empresas no ramo que formam um grande bloco. Em levantamento realizado pela ANPED, Cassiano (2020) destaca quatro grandes categorias de grupos:

i. Kroton Educacional, responsável pela Abril Educação, que aglomera as editoras Ática e Scipione, e integra os Sistemas de Ensino Anglo, Ser, Maxi e GEO. Fazem parte também desse grupo o Sistema Siga, empresa que gerencia cursos para concursos públicos, o Colégio pH, o Centro Educacional Sigma, o Grupo ETB (Escolas Técnicas do Brasil), a Escola Satélite, a RedBalloon e a Livemocha (escolas de inglês);

ii. Grupo Saraiva, que se destaca pelos selos Atual, Benvirá, Editora Saraiva, Editora Érica e Sistema de Ensino Ético. (CASSIANO, 2020). O grupo também é proprietário das marcas Pitágoras (educação básica) e das faculdades: Anhanguera, Fama, Pitágoras, Unic, Uniderp, Unime e Unopar, e da

rede LFG, que oferece cursos preparatórios para concursos públicos e testes para a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (Revista Veja/ Redação/Economia, 2018);

iii. Grupo Santillana, hegemônico no mercado editorial, é considerado o braço editorial do grupo espanhol Prisa, proprietário da Editora Moderna desde 2001. É responsável por mais seis empresas no Brasil: a Editora Salamandra, a Editora Santillana Espanhol, o selo Richmond, o Sistema de Ensino Uno Internacional, a empresa de avaliação educacional Avalia e a Fundação Santillana;

iv. Editora FTD, que integra o Sistema Educacional do Grupo Marista, e detém as marcas FTD (editora FTD, FTD Sistema de Ensino, e Integra – Serviços Educacionais Integrados), além de diversas unidades educacionais, espalhadas pelo Brasil;

v. Grupo Ibep, que administra as marcas Editora Ibep, Companhia Editora Nacional, Conrad Editora, Base Editorial e Ibep Idiomas.

Esses são alguns dos grandes grupos editoriais que atuam fortemente na propositura de materiais educacionais no Brasil, em dimensões e formas amplas. É importante ainda declarar que esses grupos educacionais estão em constantes debates, disputando, sobretudo, a destinação de fundos públicos para a ampliação do seu capital. Nesses espaços de tensionamentos, o Estado cada vez mais perde terreno e ganham as organizações e empresas privadas, a partir de um aparato jurídico, legal e prático, que permite observar a evolução do estudante em diferentes aspectos.

Diante desse quadro analítico breve, podemos considerar que o jogo de interesses presente nas formas de mercado que envolve essas principais empresas no setor educacional do país, constitui modernas formas de intervencionismo de Estado em favor do setor privado, em detrimento da contribuição que as universidades públicas têm dado com suas pesquisas, ao apresentarem propostas inovadoras que podem contribuir em grande medida com a confecção de materiais didáticos e modelos pedagógicos adequados ao contexto brasileiro, dado o caráter investigativo com que as Universidades têm se aprofundado, de modo evidente, no campo das ciências humanas e sociais.

UMA REFLEXÃO SOBRE OS TIPOS ENDÓGENOS E EXÓGENOS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A partir desse cenário, existem alguns estudos que buscam fundamentar de forma teórico-metodológica como ocorrem esses processos de privatização, e podem jogar luz a essas tendências e dessa forma, melhor caracterizar os diversos e recentes Modus Operandi dos atores privados que têm projetado nas agendas do Estado uma nova oportunidade para aumentar e proteger seus lucros, em detrimento do esvaziamento das concepções de Estado, marcadas pelo centralismo tradicional como tem sido destacado em muitos estudos.

Ball e Youdell (2007) trazem elementos importantes que mostram como a temática tem se expandindo. Os autores destacam como tem emergido uma série de tendências políticas, metamorfoseadas como formas de privatização da educação, e estão cada vez mais evidentes no campo das políticas educacionais em diversos governos nacionais, sob a influência dos organismos internacionais. Em sua grande parte, esses movimentos são reflexos da evolução das formas de parcerias entre o setor público e o setor privado, definidas como políticas neoliberais que, em muitas situações, ainda são ocultas, devido às mudanças no contexto das reformas educativas.

Ao analisar as tendências de privatização na educação básica, Ball; Youdell (2007) destacam que essas formas abrem passagem para os modelos de privatização da educação, compreendem os rebatimentos nas formas como as empresas privadas têm fornecido ao setor público os serviços educacionais. Eles compreendem que tal fenômeno muda a forma como a educação é organizada do ponto de vista da comunidade escolar.

Os autores destacam, ainda, que as tendências de privatização incidem não apenas em mudanças nos padrões de governabilidade, como constroem uma nova narrativa, por meio de um conjunto de dispositivos linguísticos e semânticos que são adotados nas políticas educacionais recentes. Em muitas situações, as tendências de privatização da educação se constituem programas piloto de intervenção e, em outros Estados-nações, constata-se avanços maiores e já consolidados.

A privatização da educação, portanto, envolve na perspectiva apresentada, outro caminho para a gestão pública, influenciando o papel do Estado e sua capacidade de gerir e responder de forma positiva as demandas sociais. Tem se verificado uma “hibridação do público e do privado, que tem contribuído para a progressiva diluição das fronteiras éticas, filosóficas e religiosas que tradicionalmente separam estes dois sistemas”. (BARROSO, 2018, p. 52)

Acrescente-se a esse debate o alinhamento das políticas educacionais às formas de expertise privadas, que têm sido difundidas de forma instrumental por lógicas gerenciais da NGP. Conforme analisam Ball; Youdell (2007), por meio de processos de inovação, de mudanças organizacionais, de novas relações e parcerias, e pela apropriação na tomada de decisões do Estado pelo setor privado, constituindo-se formas de obtenção do lucro. Nas palavras de Ball; Youdell (2007, p. 10):

Não são apenas a educação e os serviços educativos que estão sujeitos a formas de privatização: a própria política educativa – através de aconselhamento, consulta, investigação, avaliações e formas de influência – está a ser privatizada. As organizações do setor privado e as ONGs estão cada vez mais envolvidas tanto no desenvolvimento quanto na implementação de políticas. (BALL; YOUDELL, 2007, p. 10)

Considerando o argumento apresentado, entendemos que a privatização da educação abrange a incorporação de técnicas e valores, instrumentalizados pelo setor privado, modificando a lógica de gestão do Estado, com implicações na melhoria dos resultados, processos de responsabilização e accountability, e uma crescente exigência no nível macro, em torno da eficiência do setor público na oferta dos seus serviços, abrindo espaço para vincular os projetos de educação como forma de negócios. (BALL; YOUDELL, 2007)

Os autores ampliam o escopo de definições, e nos apresentam a fundamentação para dois tipos importantes de privatização que são evidenciados nesse contexto de análise. A forma de privatização endógena e a forma de privatização exógena.

A privatização endógena ou endoprivatização diz respeito ao modo como o fluxo de ideias, modelos e práticas do setor privado são experienciados no setor público, o mais fiel possível às lógicas do mercado. Esse processo envolve um conjunto de regulações, por meio do Estado, a fim de garantir o predomínio de uma hegemonia do setor e de organizações que dela participam. (BALL; YOUNDELL, 2007, p. 9).

Esse modelo de privatização envolve, sobretudo, a incorporação de estratégias de mercado na gestão das instituições públicas, que passam a funcionar adotando os mesmos princípios empresariais. Uma estratégia que tem se colocado de modo muito claro com a adoção de políticas de ranqueamento entre escolas, além de bonificações por desempenho, ampliando formas de competição que provocam mudanças nas concepções e no modelo de gestão pública, o que evidencia a incorporação de princípio de mercado demarcando as práticas de gestão no setor público.

A forma endógena de privatização se insere no paradigma da Nova Gestão Pública, por meio de uma incorporação mais frequente da gestão performática, baseada no desempenho e por uma sistemática que envolve a prestação de contas e responsabilização – (accountability), que se coloca como um mecanismo relevante nos processos de privatização, a partir do uso de dispositivos (ideias, técnicas) do setor privado, que têm atuado para legitimar os regimes empresariais em todo o Globo. (BALL, et al., 2013a).

Inserem-se, nesse contexto, outros modelos de gestão das políticas educacionais que são adotados por grandes redes e sistemas de ensino e que têm se expandido de forma muito rápida no Brasil, a chamada gestão por resultados, a qual tem fundamentado a política educacional em vários estados brasileiros e provocado mecanismos de responsabilização e, como indicado em outras pesquisas, têm modificado a estrutura de gestão de redes e sistemas de ensino.

Esse ideário fundamentado pelo paradigma de modernização da gestão pública impacta diretamente o trabalho pedagógico e precariza o trabalho docente, fenômeno que pode ser observado visualizado a partir da expansão das avaliações em larga escala, subtraindo ou resumindo o currículo a padrões de desempenho definidos nacionalmente ou partir dos sistemas de avaliação que são coordenados e elaborados por consultores e instituições privadas com expertise.

Destaca-se, nesse contexto, que a privatização tem sido guiada por diferentes atores privados que atuam com o objetivo de realinhar as práticas de governo ao contexto de alargamento do mercado e do lucro, no entendimento de que ao Estado cabe a tarefa de garantir o acesso à educação, mesmo que estejam implícitas, nessa perspectiva, modalidades de provisão estatal, referenciadas na transferência de serviços para o setor privado. Esse movimento tem se concretizado com as tendências que envolvem mudanças curriculares, adoção de pacotes de materiais didáticos e processos de formação de professores que têm sido coordenados por setores concepções e elementos que divergem dos estudos desenvolvidos em muitas Universidades brasileiras acerca dos processos formativos.

A privatização exógena, ou exoprivatização, por sua vez, envolve a abertura dos serviços públicos educacionais ao setor privado com perspectivas de gerar lucro, de modo que esse setor possa gerenciar os diferentes formatos de educação pública pela incorporação de modelos econômicos baseados nos princípios empresariais da concorrência. A esse respeito, há uma grande variedade de modos pelos quais o setor privado tem incidido diretamente nas políticas educacionais. (BALL; YOUNDELL, 2007, p. 10)

Há um intenso movimento de privatização da educação do tipo exógena que nem sempre é claro. Tais estratégias se dão por diferentes modos, desde a contratação de serviços educacionais até a terceirização da gestão escolar, como é o caso das Charter Schools, em que a gestão das instituições públicas é transferida para o setor privado. Além de alterar o modelo de gestão, essa estratégia de privatização gera um processo escalonado de ampliação da transferência de gestão para outros serviços, como adaptações curriculares, formação de professores e material de apoio.

Além dessa tendência ser crescente, a privatização exógena tem alcançado espaços tradicionais dentro da política educacional que pensamos estar cristalizados no nosso modelo federativo, como os programas de transporte escolar, alimentação escolar, entre outros, que passam a ser geridos por consultorias e assessorias especializadas, contratadas a custo de grandes cifras que acabam por estruturar um modo de apropriação dos recursos em educação, numa espécie de canalização.

Desse modo, consideramos que nesse modelo de privatização a presença de atores privados é muito presente nas definições das políticas educacionais, em lobbies e grupos estrategicamente articulados, inclusive, com espaços no legislativo e no executivo, para intervir na configuração e no processo de implementação dos projetos de educação, tanto na perspectiva micro quanto no nível macro do planejamento de ações.

Outra configuração da privatização exógena tem sido a ampliação do mercado editorial, responsável pela produção de obras didáticas e literárias, como também diferentes tipos de materiais estruturadores de aprendizagem, que têm se tornado um mercado cada vez mais crescente e lucrativo, com foco, sobretudo, nos resultados das avaliações externas.

Não é o caso particular de confundir com a política do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), cuja materialidade é fundamental para apoiar as escolas públicas com obras gratuitas. Além disso, têm sido recorrentes as organizações financeiras que buscam cooptar os Estados nacionais com modernas propostas de educação financeira. (BALL, 2013b).

Alguns estudos, como o de Adrião (2017), verificam a incidência cada vez maior do setor privado na coordenação de políticas em diferentes esferas de governo, com ações incorporadas que influenciam as práticas de gestão, como a venda de sistemas educativos, assim como a adequação do currículo ao modo de educação empreendedora, com vistas à formação com base nos interesses competitivos do mercado.

As formas associadas de privatização endógena e exógena, conforme anunciadas, podem ser consideradas como quase-mercados educativos, pois contam com a intervenção do Estado para regular as práticas de preços e as formas de competitividade que são promovidas pelo setor privado, sobretudo, no campo do financiamento da educação. Essas características têm se efetivado especialmente por meio dos vouchers e, no caso brasileiro, as instituições conveniadas que recebem subsídios públicos para oferta de educação, processo que se dá com maior expressão na etapa da Educação Infantil (Creche) e na modalidade de Educação Especial, como indicou o levantamento realizado por Silva Filho (2023, p.33).

Por outro lado, temos assistido a outro fenômeno crescente, que são os processos de financeirização da educação, com impactos, sobretudo, no Ensino Superior, que registram o maior número de ações em termos de extensão desses modelos de empreendimentos. A educação nesse sentido tem se apresentado como um ativo de grande valor para o mercado educacional, e tem comportado um número elevado de empresas interessadas em investir em diversas carteiras, seja pela necessidade de abertura de capital externo, seja pelo interesse nos ativos dos investimentos por meio de ações rentáveis na bolsa de valores em busca de lucro.

Além das formas clássicas de privatização da educação que temos demonstrado ao longo desse estudo, no tocante aos processos de financeirização da educação, os mercados educacionais se expandem em um grau maior do que se supõe. As diversas soluções em novos nichos de mercado parecem alargar as estratégias do setor privado com a venda de suas tecnologias educacionais que abarcam desde a dimensão do planejamento educacional à avaliação.

Por seu turno, acredita-se que a abertura do campo educacional ao capital estrangeiro permitiu ampliar ainda mais os investimentos do setor privado na educação pública, visando ganhos futuros, contudo, gozando de um notável avanço e influência na política educacional do país, e ganhando materialidade e prestígio para os grandes grupos educacionais, empresas e organizações privadas, que contam ainda com subsídios públicos volumosos para as suas ações e ainda para ampliar a formação de um quadro de lideranças influentes no campo político de defesa.

Esse movimento foi muito claramente interpretado nos últimos anos, devido aos ajustes estruturais nas políticas educacionais por ocasião das modificações no ecossistema global, nas práticas de governança e nas práticas de gestão, mas também no arcabouço jurídico, provocando mudanças como ocorre com a Educação à Distância (EaD), e não podemos deixar de mencionar, os efeitos da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Esse movimento mais recente levou a uma escalada de especialistas do setor privado a apropriar-se da estrutura do documento, para gerar proposições de diferentes tipos como soluções para a implantação da proposta. A esse respeito, Aguiar (2018, p. 9), escreve sobre esse movimento ao destacar que: “Na medida em que o MEC, sob nova administração, delineou sua política, começou a ficar claro que seriam tomadas medidas políticas que, no limite, apresentam um forte viés privatista favorecendo interesses do mercado”.

A esse respeito, o Movimento pela Base aparece como protagonista desse processo, com poder de articulação com dezenas de atores privados que participaram ativamente dos contextos de formulação da política da BNCC, e contou com ampla adesão do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Ministério da Educação (MEC) que convergiu com a perspectiva global da lógica de adaptação dos currículos, no entanto, de forma fragmentada. (AVELLAR; BALL, 2017),

Em linhas gerais, o interesse das empresas no setor educacional, especialmente na educação básica, como estratégia de diversificação dos negócios, sobretudo, por meio de consultorias e assessorias em diversas áreas de conhecimento, tem se expandido de forma extraordinária, incidindo nos processos formativos que acontecem nas redes e sistemas de ensino. Concordamos, nesse sentido, com (Carvalho, 2013) sobre o fenômeno da mercantilização ao destacar que entre tantas opções:

[...] manifesta-se por meio da oferta direta de cursos (presenciais e à distância), da produção de materiais instrucionais (livros, apostilas e softwares), do surgimento de consultorias empresariais responsáveis tanto pela assessoria de empresas educacionais no mercado financeiro quanto na gestão de recursos ao setor. (CARVALHO, 2013, p. 766)

Cabe destacar que, além das estratégias básicas de ampliação do capital, os investimentos em tecnologia na educação, área que ainda requer mais atenção, têm se apresentado como uma alternativa para ampliação dos negócios em educação, inclusive com um impulso na expansão dos fundos de investimentos, nas fusões e aquisições de novas tecnologias, produtos e novas plataformas de ensino cada vez mais complexas.

Acresce a esse fenômeno da financeirização o movimento crescente de aporte do capital na bolsa de valores e nos fundos private equity, além de grandes fusões de grupos educacionais responsáveis por uma grande parcela do Ensino Superior, mas com a abertura do capital no mercado

acionário, abre espaço para estratégias de mercado na Educação Básica. A esse respeito, concordamos com Carvalho (2013) ao destacar que:

É importante salientar que o mecanismo de captação de recursos por meio do mercado de capitais, seja via fundos específicos, seja via lançamento de ações em bolsa, permite a capitalização concentrada no tempo de grande aporte de recursos, de modo que subsidia o processo intenso de aquisições/fusões, visando ao crescimento em larga escala. (CARVALHO, 2013, p. 771)

Também Carvalho (2013) reforça que a expressão mais típica da mercantilização no Brasil, a partir de 2007, são as aquisições por fundos private equity e pela abertura de capital das empresas educacionais na bolsa de valores (IPOs). Os fundos private equity, conforme a autora destaca, são fundos de investimentos em participação de empresas de capital aberto ou fechado. Um tipo de investimento em que o cliente aporta o capital na empresa com a objetivação do lucro a curto e médio prazo, com promessas de grandes ganhos e crescimento com a venda da empresa ou suposta fusão.

Essas novas e modernas formas de privatização têm como alvo principal o fornecimento de materiais e plataformas de ensino cada vez mais sofisticadas que são desenvolvidas por grupos de startups e comercializadas no mercado financeiro, com promessas de lucro em curto e médio prazo aos seus investidores. Um movimento que se intensificou especialmente no período da pandemia da Covid-19 e que sucedeu posteriormente às redes e sistemas de ensino no Brasil como alternativas para estratégias de recomposição da aprendizagem.

Importa destacar que mesmo sendo urgente a incorporação de estratégias e o uso constante de recursos tecnológicos no ensino, mediadas pela introdução de metodologias ativas como suporta a indicação das plataformas de ensino, observa-se que há certo estresse entre os professores após o período pandêmico, acompanhado de uma resistência ao uso de equipamentos e tecnologia em sala de aula, que foi resultado da pressão sofrida pela necessidade de se ajustar às demandas urgentes daquele período.

Outro destaque nessa seara de reflexão é que essas novas estratégias de ampliação do capital no setor educacional, traz a tônica o modo como se gera lucro com essas propostas. É o caso de identificar como tem se expandido a abertura do capital por meio da oferta de ações de empresas educacionais brasileiras na BM&FBBOVESPA. O quadro a seguir mostra quais são as principais empresas educacionais com capital aberto no Brasil.

Quadro 1 – Principais empresas educacionais no mercado financeiro

EMPRESA	CÓDIGO	RAMO DE ATUAÇÃO
Ânima Educação	ANIM3	Ensino Superior, transformação tecnológica, formação de executivos, entre outros.
Cogna Educação	COGN3	Educação básica ao ensino superior (B2B), além de serviços B2C.
Cruzeiro do Sul Educacional	CSED3	Ensino superior, educação infantil e básica (fundamental e médio).
Ser Educacional	SEER3	Ensino superior (Presencial e EaD).
YDUQS	YDUQS3	Ensino superior, escola de negócios, preparação para concursos, entre outros.

Fonte: Toro investimentos (2021).

Destaca-se que a maior parte do ramo de atuação das empresas com ativos na bolsa são, na maioria, voltadas ao Ensino Superior, embora o público da Educação Básica esteja representado por dois grandes grupos: a Cognia Educação e a Cruzeiro do Sul Educacional, conforme verificamos.

As ações da Cognia Educação incluem as marcas Kroton, Platos, Saber, Vasta/Educação e, por último, a fusão da Anhanguera e a aquisição da Somos, essa última, uma empresa com diversos

produtos no mercado para a educação básica. Classificada como uma holding, a empresa oferece serviços nos segmentos B2B, que estão voltados para atrair outras empresas, mas também atua no segmento B2C, voltada para ofertas de produtos e serviços ao consumidor final. A Cogna abrange hoje um quantitativo significativo de matrícula e unidades educacionais no Brasil.

A Cruzeiro do Sul também tem se apresentado com um potencial de crescimento muito grande de seus ativos, constituindo-se um dos maiores grupos educacionais do país. Integram esse grupo, cinco instituições de educação básica, distribuídas nas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Também importantes instituições de ensino superior compõem esse grupo: a Universidade da Cidade de São Paulo, a Universidade Positivo, a Universidade Cruzeiro do Sul, o Colégio Cruzeiro do Sul, e o Centro Universitário João Pessoa (Unipê), entre outras instituições.

Em síntese, os estudos mostram um avanço considerável de processos de acumulação de capital no campo da educação, por meio de mercados e de capitais abertos que se tornaram mais possíveis, a partir da ampliação dos fluxos de capital estrangeiro e da internacionalização, ocorridas na década de 1970, provenientes da expansão de processos de financeirização que têm aumentado as possibilidades de lucros e dividendos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, a incidência de atores privados que têm atuado por meio de empresas e organizações do no setor público, tem crescido de forma progressiva e impactado, sobretudo, o modo como as políticas educacionais são operacionalizadas. Tal crescimento tem se dado a partir da oferta de produtos e serviços, tanto no campo da educação como em outras áreas, como a saúde e infraestrutura, áreas que requerem certa atualização no modo como tem se efetivado a relação desses campos com a qualidade da oferta dos serviços públicos.

Esses atores têm apresentado respostas pragmáticas e solução para os problemas estruturais nessas áreas em que, tradicionalmente, se concentram as estruturas burocráticas do Estado na oferta dos serviços. De modo particular, eles têm fundamentado uma narrativa de desconstrução papel do Estado, a partir da afirmativa da ineficiência da máquina pública que se mostra incapaz de responder às demandas da sociedade por meio de políticas públicas de qualidade para a população.

Essa prática tem acompanhado, ao longo da década de 1990, o processo de Reforma do Estado, que culminou na construção do Programa de Modernização da Gestão Pública, em vários estados brasileiros, orientados por uma lógica gerencial, atualmente contextualizada sobre os nexos da Nova Gestão Pública (NGP).

Tal movimento tem introduzido, de modo especial no campo da educação, um conjunto de mudanças no paradigma gerencial, fortalecido pelo processo de globalização e pela mundialização do capital, que formatou novos modos de regulação que foram introduzidos no campo da gestão pública, de técnicas de performatividade e controle, assim como a accountability e, mais grave, tem produzido uma nova racionalidade, tensionada pela competitividade e pelo modelo empresarial.

Tal fenômeno tem se dado com grande relevo, a partir de parcerias entre o setor público e o setor privado, em especial, por meio de programas e projetos nas redes e sistemas de ensino por todo o país, ora tratados como processos de privatização, já que buscam adotar a lógica do privado e as diretrizes do campo econômico nas políticas públicas.

Nessa dimensão buscou-se elucidar, no campo da política educacional, como esses atores e organizações têm influenciado as agendas locais, com diversos modelos de parcerias que têm se efetivado por meio de diversos instrumentos, como: acordos, termos de cooperação, termos de compromisso, convênios, assim como por vias pouco transparentes, que dificultam a análise de como o fundo público é utilizado para financiar ou mesmo subsidiar a expansão de vários projetos que são objetos dessas parcerias.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, Out. 2009.

ADRIÃO, Theresa; PINTO, José M.R. Privatização da educação na América Latina: estratégias recentes em destaque. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 37, n. 134, p.11-15, jan.-mar., 2016.

ADRIÃO, Theresa. A privatização dos processos pedagógicos: grupos editoriais e os negócios na educação básica. In: MARINGONI, Gilberto. (Org.) et al. *O negócio da educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco*. São Paulo: Olho D'Água, 2017. p. 129-144.

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de um mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018a .

ADRIÃO, Theresa. Et al. Privatização na rede estadual de ensino de Pernambuco: atores privados e programas de ensino médio integral (2005-2015). In: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). *Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)*. Curitiba: CRV, 2018b.

AGUIAR, Márcia A. S. (Org.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. Organização: Márcia Ângela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

AVELLAR, Marina.; BALL, Stephen. J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. *International Journal of Educational Development*, p. 1-9, nov. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0738059317302080>. Acesso em: 20/02/2024.

BALL, Stephen J.; YOUNDELL, Deborah. Privatización encubierta en la educación pública, *Internacional de la Educación*. Bruselas, 2007. Disponível em: http://www.joanmayans.com/privatizacion_encubierta_dec_la_educacion_publica.pdf. Acesso em: 22/02/2024.

BALL, Stephen J. et al. A constituição da subjetividade docente no Brasil: um contexto global. *Revista Educação em Questão*, v. 46, n. 32, p. 9-36, 2013a.

BALL, Stephen J. A nova filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro, p. 33-47, 2013b.

BARROSO, João. A transversalidade das regulações em educação: modelo de análise para o estudo das políticas educativas em Portugal. *Educação e Sociedade*. Campinas: CEDES, v. 39, n. 145, 2018. p. 1075-1097.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Financeirização, crise, educação: considerações preliminares. *Texto para Discussão*, v. 217, 2013.

BELFIELD, Clive R.; LEVIN, Henry M. *A privatização da educação: Causas e implicações*. Originalmente publicado pela Organização Cultural, Científica e Educacional das Nações Unidas (Unesco-HEP). Lisboa: Edições ASA, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10/02/2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. Universidade de Brasília. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, p. 761-776, 2013.

CASSIANO, Célia Cristina Figueiredo. Mercado Editorial e PNLD em disputa. *ANPED*, 2020. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/mercado-editorial-e-pnld-em-disputa-celia-cristina-de-figueiredo-cassiano>. Acesso em: 18/12/2023.

CURY, Carlos R. J. O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas. In: LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, Maria R. M.M.; SILVA, Tânia M. T. da. (Orgs.). *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da educação)

DOURADO, Luiz. F.; BUENO, M. S. S. O público e o privado na educação. In: WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. *Políticas e gestão da educação (1991-1997)*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001.

FRIEDMAN, Milton. *The role of government in education*. Economics and the public interest, v. 2, n. 2, p. 85-107, 1955.

ROBERTSON, Susan.; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out.-dez. 2012.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. *Serviço Social em Revista* (Online), v. 14, p. 4-22, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/12263/11632>. Acesso em: 10/01/2024. DOI: 10.5433/1679-4842.2012v14n2p4.

SILVA FILHO, Antônio Agostinho. *Educação pública e a lógica privada: uma análise das tendências de privatização da educação em Pernambuco (2010-2018)*. Tese (Doutorado em Educação). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2023. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/handle/123456789/54753>. Acesso em: 20/03/2024.

VENCO, Selma; BERTAGNA, Regiane Helena; GARCIA, Teise (Orgs.). *Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018)*. v. 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. (Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil).

ZANIN, Cristiano; MARTINS, Valeska Teixeira Zanin; VALIM, Rafael. *Lanfare: uma introdução*. São Paulo: Contracorrente, 2019.



Critérios SciELO Brasil

Formulário sobre Conformidade com a Ciência Aberta

Por meio deste formulário os autores informam o periódico sobre a conformidade do manuscrito às práticas de comunicação da Ciência Aberta.

Preprints

Depósito do manuscrito em um servidor de preprints reconhecido pelo periódico.

O manuscrito é um preprint?	
(x)	Sim - Nome do servidor de Preprints: DOI do Preprint:
()	Não (a partir de 15 de janeiro de 2020, só serão aceitas submissões previamente depositadas em preprint)

Disponibilidade dos Dados da Pesquisa e outros Materiais

Os autores são encorajados a disponibilizar todos os conteúdos (dados, códigos de programa e outros materiais) subjacentes ao texto do manuscrito, anteriormente ou no momento da publicação. Exceções são permitidas em casos de questões legais e éticas. O objetivo é facilitar a avaliação do manuscrito e, se aprovado, contribuir para a preservação e reuso dos conteúdos e a reprodutibilidade das pesquisas. Para isso, informe a alternativa que corresponde ao manuscrito referente.

Os conteúdos subjacentes ao texto do manuscrito já estão disponíveis em sua totalidade e sem restrições ou assim estarão no momento da publicação?	
Sim (x)	(x) os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito (x) os conteúdos estarão disponíveis no momento da publicação do artigo () os conteúdos já estão disponíveis. Segue títulos e respectivas URLs, números de acesso ou DOIs dos arquivos dos conteúdos subjacentes ao texto do artigo (use uma linha para cada dado): _____
Não ()	() os dados estarão disponíveis sob demanda dos pareceristas () após a publicação, os dados estarão disponíveis sob demanda aos autores - condição justificada no manuscrito () os dados não podem ser disponibilizados publicamente. Justifique a seguir:

Aberturas na avaliação por pares

Os autores poderão optar por um ou mais meios de abertura do processo de *peer review* oferecidos pelo periódico.

Quando oferecida a opção, os autores concordam com a publicação dos pareceres da avaliação de aprovação do manuscrito?
--

<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não
Quando oferecida a opção, os autores concordam em interagir diretamente com pareceristas responsáveis pela avaliação do manuscrito?	
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

O autor declara que não há conflito de interesse.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.